

Demonstrações financeiras

TCP Log S.A.

31 de dezembro de 2017 com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

TCP Log S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Balço patrimonial.....	4
Demonstração dos resultados	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
1. Contexto operacional.....	9
2. Políticas contábeis	9
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	18
4. Caixa e equivalentes de caixa	19
5. Contas a receber	19
6. Investimentos - Controladora	20
7. Outros créditos	20
8. Imobilizado.....	21
9. Empréstimos e financiamentos	22
10. Partes relacionadas.....	22
11. Obrigações tributárias a recolher	22
12. Outras obrigações	23
13. Imposto de renda e contribuição social.....	23
14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.....	24
15. Patrimônio líquido	24
16. Remuneração dos administradores.....	25
17. Receita operacional líquida.....	25
18. Despesas operacionais por natureza	25
19. Resultado financeiro	26
20. Instrumentos financeiros	26
21. Gestão de capital	27
22. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia.....	27
23. Seguros.....	28

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
TCP Log S.A.
Paranaguá - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TCP Log S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da TCP Log S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 15 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015199/O-6 - F - PR



Alexandre Rubio
Contador CRC-1SP 223.361/O-2

TCP Log S.A.**Balanço patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/17	31/12/16	31/12/17			31/12/17	31/12/16	31/12/17
ATIVO					PASSIVO				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.933	344	4.000	Fornecedores		151	346	151
Contas a receber de clientes	5	1.916	373	1.916	Empréstimos e financiamentos	9	138	134	138
Impostos a recuperar		36	22	53	Dividendos a pagar		590	-	590
Outros créditos	7	500	431	500	Partes relacionadas	10	4.973	1.728	4.973
		4.385	1.170	6.469	Obrigações tributárias a recolher	11	391	139	391
					Outras obrigações	12	393	568	393
							6.636	2.915	6.636
Não circulante					Não circulante				
Outros créditos	7	463	-	463	Empréstimos e financiamentos	9	97	235	97
Depósitos judiciais		4	4	4	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	28	-	28
Impostos diferidos	13	50	-	50	Investimentos a integralizar	6	-	2.000	-
Investimentos	6	2.084	2.000	-			125	2.235	125
Imobilizado	8	1.930	2.385	1.930					
Intangível		27	4	27					
		4.558	4.393	2.474					
					Patrimônio líquido	15			
					Capital social		1	1	1
					Reservas de lucros		2.181	412	2.181
					Lucros acumulados		-	-	-
Total do ativo		8.943	5.563	8.943	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.182	413	2.182
							8.943	5.563	8.943

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstração dos resultados

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/17	31/12/16	02/06/17 a 31/12/17
Receita operacional líquida	17	8.219	5.517	8.219
Custo dos serviços prestados	18	(4.481)	(3.862)	(4.481)
Lucro bruto		3.738	1.655	3.738
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	18	(385)	(442)	(385)
Equivalência patrimonial		84	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		290	(64)	290
Total das despesas operacionais, líquidas		(11)	(506)	(95)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		3.727	1.149	3.643
Financeiras, líquidas	19	(252)	(42)	(168)
Lucro antes dos impostos		3.475	1.107	3.475
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(1.166)	(695)	(1.166)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	50	-	50
Lucro líquido do exercício		2.359	412	2.359
Lucro líquido, básico e diluído, por ação – R\$		0,29	0,05	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/17	31/12/16	02/06/17 a 31/12/17
Lucro líquido do exercício	2.359	412	2.359
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente	2.359	412	2.359

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Lucros Retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1	3.689	-	3.690
Dividendos pagos exercício anterior		-	(3.689)	-	(3.689)
Lucro líquido do exercício		-	-	412	412
Lucros retidos a distribuir	15	-	412	(412)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1	412	-	413
Lucro líquido do exercício		-	-	2.359	2.359
Dividendo mínimo proposto		-	-	(590)	(590)
Lucros retidos a distribuir	15	-	1.769	(1.769)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1	2.181	-	2.182

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/17	31/12/16	02/06/17 a 31/12/17
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro líquido do exercício	2.359	412	2.359
Equivalência patrimonial	(84)	-	-
Depreciações e amortizações	576	559	576
Provisão juros sobre empréstimos	18	26	18
Provisão crédito liquidação duvidosa	63	56	63
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	28	-	28
Impostos pagos	(1.021)	(999)	(1.021)
Impostos diferidos	(50)	-	(50)
	1.889	54	1.973
Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:			
Redução (aumento) das contas a receber de clientes	(1.606)	592	(1.607)
Redução (aumento) de outros créditos	(532)	(430)	(532)
Redução (aumento) ativos circulantes e não circulantes	(14)	44	(31)
Aumento (redução) de fornecedores	(195)	113	(195)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	1.273	662	1.273
Aumento de partes relacionadas	-	1.728	-
Aumento (redução) de outras obrigações	(175)	194	(176)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	640	2.957	705
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Adições do imobilizado e intangível	(144)	(65)	(142)
Integralização capital Clia Paranaguá	(2.000)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(2.144)	(65)	(142)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:			
Juros pagos	(18)	(41)	(18)
Pagamento empréstimo amortização	(134)	(119)	(134)
Dividendos pagos	-	(3.689)	-
Captação de mútuos com partes relacionadas	3.245	-	3.245
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	3.093	(3.849)	3.093
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.589	(957)	3.656
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
No início do exercício	344	1.301	344
No final do exercício	1.933	344	4.000
	1.589	(957)	3.656

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O TCP Log S.A. (“Companhia”) foi criado em 10 de março de 2011, com a denominação social de VIKAS Empreendimentos e Participações S.A, com o capital de R\$1 sendo dividido em 8.116.936 ações. Em 6 de julho de 2011 a Companhia mudou sua razão social para TCP Serviços Logísticos S.A, e sua sede transferida para a cidade de Paranaguá – PR, Avenida Portuária, s/n, Dom Pedro II. Em 16 de abril de 2012 a Companhia alterou sua razão social para TCP Log S.A.

A Companhia tem por objeto:

- a) Prestar serviços de operador de logística de cargas em geral, inclusive contêineres, atuando como consolidador de cargas e agenciando, gerenciando e/ou executando seu transporte nos diversos modais;
- b) Prestar serviços de gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição, unidades de armazenagem, armazéns gerais, entrepostos aduaneiros do interior, bem como demais serviços de despacho aduaneiro;
- c) Prestar serviços de armazenagem, movimentação e manutenção de contêineres;
- d) Desenvolver e manter retroáreas e estacionamentos para veículos automotores;
- e) Importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e ceder contêineres, máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores;
- f) Desenvolver, incorporar, gerenciar e operar parques logísticos, inclusive com compra, venda, locação, arrendamento ou cessão de áreas ou espaços comerciais a terceiros, bem como explorar direitos de passagem e demais oportunidades imobiliárias relacionadas ao ramo da logística ou atividades afins;
- g) Executar todas as atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia, e;
- h) Participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado a qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores, inclusive de operações reguladas ou sujeitas aos regimes de concessão, permissão ou autorização.

Em 02 de junho de 2017 a Companhia integralizou o capital do Centro Logístico de Paranaguá o qual está ativo mas sem operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; a provisão para devedores duvidosos; provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 15 de fevereiro de 2018.

2.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas Demonstrações financeiras da controladora TCP LOG S.A. e de sua controlada TCP LOG Centro Logístico Industrial Aduaneiro Paranaguá Ltda. A demonstração da controlada é elaborada com base nos saldos do exercício de 2017 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, portanto, não existe qualquer defasagem em relação ao exercício de apresentação da controladora.

Na divulgação apresentada foram utilizadas políticas contábeis consistentes e eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Nome	Principal atividade	País - sede	% Participação	
			2017	2016
TCP Log Centro Logístico Industrial Aduaneiro Paranaguá Ltda.	Armazenamento	Brasil	100%	-

2.2 Base para elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As Demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

2.4 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia, individual e consolidada, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas *pele International Accounting Standards Board (IASB)*.

2.5 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

As receitas de serviços de armazenagem são reconhecidas à medida que os serviços correlatos são prestados e possam ser medidos de forma confiável, dentro de critérios previstos contratualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme regime de apuração Lucro Real.

Imposto sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviço exceto quando:

- Os impostos sobre os serviços incorridos não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços;
- O valor líquido dos impostos sobre serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 4% sobre Serviços de Armazenagem.

2.7 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras obrigações, empréstimos, mútuos com partes relacionadas e financiamentos.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.9 Imobilizado

Edificações, equipamentos e veículos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Empilhadeiras	5 a 10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Equip. de processamento de dados	10 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos
• Edificações e instalações	25 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

2.10 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.15 Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas a Companhia em 2018, quando a mesma passará a adotar a IFRS 9. A Companhia não identificou nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

(b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. A Companhia não espera impactos significativos de redução ao valor recuperável.

IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia adotará a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.

(a) Prestação de serviços

A Companhia está envolvida em:

- i) Prestar serviços de operador de logística de cargas em geral, inclusive contêineres, atuando como consolidador de cargas e agenciando, gerenciando e/ou executando seu transporte nos diversos modais;
- ii) Prestar serviços de gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição, unidades de armazenagem, armazéns gerais, entrepostos aduaneiros do interior, bem como demais serviços de despacho aduaneiro;
- iii) Prestar serviços de armazenagem, movimentação e manutenção de contêineres;

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviço individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

(b) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia avaliou os impactos e nenhuma nova exigência terá impacto significativo.

(c) Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 - Arrendamentos operacionais - Incentivos e SIC-27 - Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 – CPC 06 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. Não são esperados impactos significativos na adoção do IFRS 16 – CPC 06, mas a Companhia ainda avalia a adoção da norma.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	31/12/17	31/12/16	31/12/17
Caixa e bancos	71	81	81
Aplicações financeiras			
Banco Santander	1.862	163	3.919
Banco Itaú	-	100	-
	1.933	344	4.000

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações compromissadas de renda fixa, remuneradas a taxas que variam de 97% a 97,5% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Os prazos de resgate não ultrapassam 90 dias da data do investimento. Não existem restrições para a utilização dos saldos de caixa e equivalentes de caixa.

5. Contas a receber

	Controladora e Consolidado		Controladora
	31/12/17	31/12/16	31/12/16
Clientes	1.334	278	278
Serviços prestados e não faturados	701	151	151
Provisão devedores duvidosos	(119)	(56)	(56)
	1.916	373	373

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2017 os cinco maiores representam 71% (68% em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as análises dos vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora e Consolidado		Controladora
	31/12/17	31/12/16	31/12/16
A vencer	1.283	170	170
Vencidos em até 30 dias	169	15	15
Vencidos de 31 a 90 dias	326	132	132
Vencidos de 91 a 180 dias	137	56	56
Vencidos acima de 180 dias	120	56	56
	2.035	429	429

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias, conforme base histórica de perda, o qual totalizava R\$ 119 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 56 em 2016).

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora e	
	Consolidado	Controladora
	31/12/17	31/12/16
Saldo no início do exercício	(56)	-
Baixa de provisão	76	-
Constituição de provisão	(139)	(56)
Saldo no final do exercício	(119)	(56)

6. Investimentos - Controladora

Em 18 de julho de 2013, a Companhia registrou na junta comercial o contrato social do Centro Logístico de Paranaguá, para o qual foi contabilizado o investimento a integralizar no valor de R\$ 2.000. Em 02 de junho de 2017 a Companhia integralizou o capital na controlada.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/17
Saldo no início do exercício	-
Integralização de capital	2.000
Equivalência patrimonial ¹	84
Saldo no final do exercício	2.084

1 – Equivalência patrimonial proveniente de rendimento de aplicação financeira mantida na Controlada.

7. Outros créditos

	Controladora e	
	Consolidado	Controladora
	31/12/2017	31/12/2016
Aluguéis antecipados	963	358
Despesa antecipada - seguro	-	73
	963	431
Ativo circulante	500	431
Ativo não circulante	463	-

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

As movimentações do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram como segue:

Vida útil	Controladora e consolidado						Total
	25 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos		
	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos e processamentos de dados	Empilhadeiras	Imobilizado em andamento	
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4	41	29	117	3.363	331	3.885
Aquisições	15	-	-	-	-	50	65
Saldo em 31 de dezembro de 2016	19	41	29	117	3.363	381	3.950
Aquisições	18	64	1	28	-	-	111
Transferências	381	-	-	-	-	(381)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	418	105	30	145	3.363	-	4.061
	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos e processamentos de dados	Empilhadeiras	Imobilizado em andamento	Total
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2)	(9)	(4)	(24)	(967)	-	(1.006)
Depreciação	(1)	(6)	(3)	(24)	(525)	-	(559)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(3)	(15)	(7)	(48)	(1.492)	-	(1.565)
Depreciação	(2)	(10)	(3)	(27)	(524)	-	(566)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(5)	(25)	(10)	(75)	(2.016)	-	(2.131)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16	26	22	69	1.871	381	2.385
Saldo em 31 de dezembro de 2017	413	80	20	70	1.347	-	1.930

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

9. Empréstimos e financiamentos

Finame	Taxa anual de juros anual 6%	Consolidado	
		31/12/17	31/12/16
		235	369
		235	369
Passivo circulante		138	134
Passivo não circulante		97	235

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma:

Ano	Saldo
2019	97
Total	97

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontra-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais desses empréstimos e financiamentos.

10. Partes relacionadas

	Passivo - Contas a pagar - Mútuo	
	Controladora e Consolidado 31/12/17	Controladora 31/12/16
TCP Terminal - mútuo	(4.973)	(1.728)

Em 19 de dezembro de 2016 foi assinado um mútuo entre o TCP Terminal S.A. e a TCP Log S.A., no montante de R\$ 1.720, com vencimento em 17 de dezembro de 2017. O mútuo é remunerado por 100% do CDI + 1% ao ano.

Durante os primeiros três meses de 2017 foi firmado outro contrato de mútuo entre as partes no montante de R\$ 1.010 remunerado por 100% do CDI + 1% ao ano. Em 02 de junho de 2017 foi firmado um terceiro contrato no montante de R\$ 2.000 remunerado por 100% do CDI + 1% ao ano. No terceiro trimestre de 2017 o mútuo de 1.010 foi totalmente quitado. Em 08 de dezembro de 2017 foi firmado outro mútuo no valor de R\$ 1.000 remunerado por 100% do CDI + 1% ao ano.

11. Obrigações tributárias a recolher

	Controladora e Consolidado 31/12/17	Controladora 31/12/16
	IRPJ	196
CSLL	73	42
ISS	24	5
PIS	15	2
COFINS	70	9
Outros impostos	13	-
	391	139

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

12. Outras obrigações

	Controladora e	Controladora
	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Adiantamentos de clientes	32	331
Provisão de bônus	43	73
Provisão de férias e 13º	102	74
Outras obrigações trabalhistas	156	77
Outras obrigações	60	13
	393	568

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A partir de 01 de janeiro de 2017 a Companhia passou a adotar o regime de tributação de lucro real em substituição ao regime presumido que foi adotado até 31 de dezembro de 2016.

Baseado na expectativa de lucratividade, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias sobre a provisão para liquidação duvidosa e provisão para contingências.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Controladora e
	consolidado
	31/12/17
<i>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</i>	119
<i>Provisão para contingências</i>	28
	147
<i>Alíquota</i>	34%
Total Imposto diferido ativo	50

b) Imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora	
	31/12/16 (Lucro presumido)	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta de serviços	5.936	5.936
Cancelamentos de vendas	(22)	(22)
Receita bruta de serviços ajustada	5.914	5.914
Alíquotas de presunção	32%	32%
Base de cálculo	1.892	1.892
Alíquotas	25%	9%
Tributos	(473)	(170)
Rendimento s/resgate aplicação financeira	(56)	(20)
Diferença de alíquota	24	-
Total tributos lançados ao resultado	(505)	(190)

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Controladora e consolidado	
	31/12/17 (Lucro real)	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	3.475	3.475
Alíquotas	25%	9%
Tributos	(869)	(313)
Equivalência patrimonial	21	8
Outras	14	5
Diferença de alíquota	18	-
Total de tributos lançados ao resultado	(816)	(300)
Alíquota efetiva	23%	9%
Tributos correntes	(853)	(313)
Tributos diferidos	37	13

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza tributária para as quais mantém provisão como a seguir:

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Tributárias	-	28	-	28

As provisões para riscos tributários foram constituídas para fazer face ao mandato de segurança nº **53.2017.4.04.7000/PR** o qual permite a exclusão da base de cálculo do Pis/Cofins o valor do ISS sobre o faturamento apurado no mês.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital social autorizado era de R\$1, representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2017 a reserva de lucros somava R\$ 2.771 (R\$ 412 em 31 de dezembro de 2016).

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

16. Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R\$34 (R\$ 32 em 2016).

17. Receita operacional líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Receita bruta de serviços	10.627	5.935
Deduções da receita:		
Impostos federais	(849)	(212)
Impostos municipais	(354)	(184)
Notas canceladas	(1.205)	(22)
Total das deduções	(2.408)	(418)
Receita operacional líquida	8.219	5.517

18. Despesas operacionais por natureza

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Custos dos serviços prestados	(4.481)	(3.862)
Despesas gerais e administrativas	(385)	(442)
Total das despesas	(4.866)	(4.304)
Despesas por natureza:		
Custos de armazenagem e outros	(1.911)	(1.818)
Despesas gerais e administrativas	(466)	(558)
Depreciações e amortizações	(576)	(559)
Despesas com transporte e combustível	(263)	(182)
Despesa com energia elétrica	(124)	(111)
Despesas com pessoal	(1.526)	(1.076)
	(4.866)	(4.304)

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	31/12/17	31/12/16	31/12/16
Despesas financeiras			
Despesas bancárias e descontos concedidos	44	44	(20)
Juros s/empréstimos	(18)	(18)	(35)
Juros s/mútuo	(336)	(336)	
Despesa abertura de crédito	-	-	(149)
Pis/Cofins sobre receita financeira ⁽¹⁾	(4)	(4)	-
Outras	(13)	(13)	(54)
Total	(327)	(327)	(258)
Receitas financeiras			
Aplicação financeira	71	155	205
Juros recebidos	4	4	11
Outras	-	-	
Total	75	159	216
Resultado financeiro líquido	(252)	(168)	(42)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como seguem:

	Controladora		Controladora	
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Ativos financeiros				
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 4)	1.933	344	1.933	344
Contas a receber (Nota 5)	1.916	373	1.916	373
	3.849	717	3.849	717
Passivos financeiros				
Fornecedores	151	346	151	346
Partes relacionadas (Nota 9)	4.973	1.728	4.973	1.728
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	235	369	235	369
	5.359	2.443	5.359	2.443

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Consolidado	Consolidado
	Valor contábil	Valor justo
	31/12/17	31/12/17
Ativos financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 4)	4.000	4.000
Contas a receber (Nota 5)	1.916	1.916
	5.916	5.916
Passivos financeiros		
Fornecedores	151	151
Partes relacionadas (Nota 9)	4.973	4.973
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	235	235
	5.359	5.359

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Disponibilidades de caixa, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

A Companhia não possui *covenants* (cláusulas restritivas) e bens dados em garantia, atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

21. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo de sua dívida é menor que seu saldo em caixa e equivalentes.

22. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreenderão a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

A TCP Log celebrou a Escritura de Emissão, na qualidade de fiadora e principal pagadora da totalidade das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (“Código de Processo Civil”), e responsabilizando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, pelo fiel, pontual e integral pagamento do Valor Nominal Unitário, Valor Nominal Unitário Atualizado, do saldo do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, da Remuneração das Debêntures previstas na Escritura de Emissão, do Prêmio de Resgate e, se for o caso, dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), bem como todos os tributos, despesas, indenizações e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, inclusive os honorários do Agente Fiduciário e as despesas por este efetuadas; e eventuais custos necessários e comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos relacionados a Escritura de Emissão (“Obrigações Garantidas” e “Fiança”, respectivamente).

Risco de crédito

Esse risco advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de serviços prestados. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

23. Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, as operações sob responsabilidade da TCP Log S.A. têm cobertura securitária na apólice de operador portuário do TCP Terminal, com o valor máximo de USD 6 milhões. A apólice de seguro tem vencimento em 13 de abril de 2018, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.